

1 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**
2 **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 11 DE**
3 **AGOSTO DE 2014.**

4 Às quatorze horas e vinte minutos do dia onze de agosto de 2014, em última convocação, no
5 auditório do CASS, à Rua Afonso Cavalcanti, n.º 455, Cidade Nova, reuniram-se representantes
6 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença de conselheiros
7 titulares e suplentes, cujos nomes e assinaturas constam no livro de presença, para tratar dos
8 seguintes assuntos: **1- Leitura e aprovação das atas das assembleias de julho de 2014**
9 **(ordinária e extraordinária); 2- Apresentação do Programa Família Acolhedora; 3-**
10 **Apresentação do resultado da enquete sobre a Redução da Maioridade Penal; 4-**
11 **Deliberação de Registro e Entrega de Certificados; 5- Deliberação sobre o Plano de**
12 **Aplicação 2015; 6- Edital do Concurso Público de Projetos do Conselho Municipal de**
13 **Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, CMDCA-Rio - exercício de 2013; 7-**
14 **Informes das Comissões; 8- Informes Gerais.** A mesa foi composta pelos conselheiros Jose
15 Pinto Monteiro, Danilo Groff Filho, Merina Camargo e Margareth Leonardo Francisco de Castro,
16 que foi substituída pela conselheira Ana Fabiola da Silva Monteiro, e a conselheira tutelar
17 Gilcimeres Neves Paiva de Souza. **1- Leitura e aprovação das atas das assembleias de julho**
18 **de 2014 (ordinária e extraordinária)** - A conselheira Margareth Leonardo Francisco de Castro
19 fez a leitura da ata da assembleia extraordinária de 28/07/2014, que após solicitação de correção
20 do nome UNESCO na ata, foi aprovada por unanimidade. A conselheira Margareth Leonardo
21 Francisco de Castro fez a leitura da ata da assembleia ordinária de 18/07/2014. A ata foi aprovada
22 por 12 votos e 1 abstenção da conselheira Mariana Cainelli de Carvalho. O presidente Jose Pinto
23 Monteiro registrou a presença do Dr. João Carlos Mendes de Abreu, da 1ª Promotoria de Justiça
24 da Tutela Coletiva da Infância e da Juventude. **2- Apresentação do Programa Família**
25 **Acolhedora** - A Srª Denise Casagrande fez a apresentação do Programa Família Acolhedora, da
26 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Informou que o Programa Família Acolhedora
27 era gerenciado pela Subsecretaria de Proteção Especial por se configurar como um serviço de
28 alta complexidade, com normatização própria do Ministério de Desenvolvimento Social. Fez um
29 relato sobre a implantação do Programa Família Acolhedora no ano de 1997, voltado para
30 crianças, até 6 anos de idade, em situação de violência doméstica, e era financiado pelo Fundo
31 Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMADCA. Em 1999
32 estendeu o atendimento para faixa etária até 14 anos. No ano de 2006 passou a ser uma Política
33 Pública e financiada pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS. Explicou que o
34 programa sofreu alterações no perfil de atendimento e atualmente a forma de ingresso no
35 programa era por meio de determinação judicial, conforme previsto na Lei 12.010/2009, para
36 atender os casos de acolhimento familiar no município do Rio de Janeiro. Segundo a Srª Denise
37 Casagrande, hoje o programa atendia em 11 Pólos, compostos por 13 equipes de assistente
38 social e psicólogo para atendimento das famílias acolhedoras e famílias de origem. No ano de
39 2013 houve 238 acolhimentos e 184 famílias inscritas como acolhedoras. Apresentou os dados
40 sobre o atendimento do programa: motivo de acolhimento, reinserções e tempo de permanência
41 no programa. Destacou que, avocando a Lei 12.010, o poder judiciário, privilegiava o modelo de
42 acolhimento familiar, por isso algumas crianças e adolescentes incluídas não atendiam ao perfil
43 do Programa. Registrou que os valores das bolsas variavam de R\$ 350,00 a R\$ 900,00, pagas às
44 famílias acolhedoras, de acordo com as faixas etárias das crianças/adolescentes e um valor
45 diferenciado para pessoas com deficiência. Apontou o perfil das famílias acolhedoras, no qual
46 34% dos acolhedores foram inscritos há menos de 2 anos e 38% foram inscritos há mais de 5
47 anos. A faixa etária era de 30 a 60 anos. A principal motivação das famílias (39%) era prestar
48 ajuda. O perfil econômico de 40% das famílias era entre 2 e 3 salários mínimos. 40% tinham filhos
49 adultos e fora do mercado de trabalho - classificados como do lar. A Srª Denise Casagrande
50 disponibilizou o telefone de contato da gerência do Programa Família Acolhedora para a plenária -
51 2976-1527, email: programafamiliaacolhedora@gmail.com, e se comprometeu a disponibilizar a
52 apresentação da exposição feita, para acesso no site do CMDCA. O presidente Jose Pinto
53 Monteiro agradeceu a participação e abriu para um bloco de 3 perguntas da plenária e pediu que

54 os demais questionamentos fossem feitos diretamente, através dos contatos da Sr^a Denise
55 Casagrande. A Sr^a Vânia Farias contestou a informação de que a partir do ano 2006 o Programa
56 Família Acolhedora tenha sido financiado pelo FMAS (Fundo da Assistência) e disse que no
57 período foram empregados recursos do FMADCA (Fundo da Criança), à revelia do CMDCA.
58 Questionou os critérios de ingresso no programa, se o mesmo tinha o amparo do CMDCA, por ser
59 tratar de política pública; qual o orçamento mensal do programa; quais os dados sobre as
60 adoções feitas por famílias acolhedoras; qual o número máximo de acolhidos, por vez, em cada
61 família; qual o tempo máximo de acolhimento; dados sobre acolhidos, sem referência de família
62 de origem e dados sobre a “desinstitucionalização”. A Sr^a Denise Casagrande esclareceu que o
63 programa acolhia por determinação judicial, o que comprometia a definição do perfil. Informou que
64 o programa tinha orçamento de R\$ 220.000,00 mensal. Ratificou a informação de que até o ano
65 de 2011 o programa recebeu recursos do FMADCA. Com relação as adoções por acolhedores,
66 informou que 60% das crianças e adolescente não tinham perfil para adoção e 98% eram
67 reinseridas. Registrou que o desligamento do programa também era definido pelo judiciário e
68 todos os casos eram revisados a cada 6 meses nas audiências concentradas. Informou que nos
69 casos de adolescentes sem referência familiar, o programa trabalhava a autonomia para o
70 desligamento, e havia registros de adolescentes que permaneceram nas famílias que os acolheu,
71 outros que retornaram para as famílias de origem e poucos casos de acolhimento institucional.
72 Com relação ao quantitativo de crianças acolhidas, foi dito que a legislação não definia números,
73 que o ideal era acolher o grupo de irmãos ou uma criança por família acolhedora. A conselheira
74 Ana Cristina de Almeida Pinto ponderou que a legislação recomendava acolhimento em Casa Lar
75 para grupos de irmãos. O Sr. André, da ONG Contato, falou de sua experiência de trabalho no
76 Programa Acolhedora e apontou que embora a legislação justificasse a mudança no perfil do
77 programa, era importante discutir o assunto, ainda que em outro espaço. Defendeu que era
78 necessário discutir o conceito de desinstitucionalização empregado. Apontou que quando atuou no
79 programa, a metodologia consistia no fortalecimento e cuidado com o vínculo e escuta pelas
80 equipes, inclusive com a família extensa. A Sr^a Claudia, da ONG da Terra dos Homens, apontou
81 que a experiência de outros países vinha mostrando que a troca de acolhedores era prejudicial.
82 Nos Estados Unidos estavam discutindo a desinstitucionalização dos adolescentes que
83 completavam a maioria. Destacou que era importante aprofundar a metodologia do
84 atendimento, a base teórica, a individualização dos casos e a ampliação da equipe técnica, que
85 hoje era na proporção de uma dupla para vinte casos. A Sr^a Claudia convidou para o Seminário
86 Regional de Convivência Familiar e Comunitárias, nos dias 02 e 03/09/2014, na OAB. Informou
87 sobre o Colóquio sobre Família Acolhedora, em Campinas. O presidente Jose Pinto Monteiro
88 destacou a importância do Programa Família Acolhedora e apontou que seu financiamento era
89 irrisório comparado a outros investimentos do poder público. **3- Apresentação do resultado da**
90 **enquete sobre a Redução da Maioridade Penal** - O conselheiro Antonio Carlos Ferreira Lopes
91 apresentou os dados da enquete sobre Maioridade Penal realizada no site do CMDCA - 59%
92 contra; 34% a favor e 7% sem opinião formada sobre o assunto. O conselheiro Antonio Carlos
93 Ferreira Lopes informou que as pesquisas aplicadas nas assembleias seriam disponibilizados no
94 site. **6- Edital do Concurso Público de Projetos do Conselho Municipal de Direitos da**
95 **Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, CMDCA-Rio - exercício de 2013** - O presidente
96 destacou a pequena participação das entidades no Edital 2013 e informou que 60 projetos foram
97 apresentados, dos quais 48 foram aprovados. Agradeceu ao Subsecretário de Gestão da SMDS
98 pelo apoio na realização das visitas técnicas do Edital 2013. A Sr^a Wânia Tavares, da secretaria
99 executiva do CMDCA, informou que, na fase de habilitação, 3 entidades entraram com recursos, e
100 todos foram indeferidos e as entidades seriam notificadas para ciência do parecer. A Sr^a Wânia
101 Tavares leu a Deliberação nº 1.084/2014 DS/CMDCA, que tratava do Resultado do Edital 2013,
102 que foi aprovada por unanimidade. A Sr^a Wânia Tavares leu a Deliberação nº 1.085/2014
103 DS/CMDCA, que tratava dos Projetos do Edital 2013 selecionados para Financiamento com
104 recursos do FMADCA. A deliberação foi aprovada por unanimidade. O presidente Jose Pinto
105 Monteiro falou dos esforços do CMDCA para celeridade na assinatura dos convênios no prazo de
106 90 dias e solicitou que as entidades respeitassem o prazo de 30 dias para apresentarem a

107 documentação exigida. A Sr.^a Vânia Farias sugeriu adotar um modelo para o relatório de
108 acompanhamento do Projeto complementar e se comprometeu a enviar ao CMDCA o documento,
109 para análise. **5- Deliberação sobre o Plano de Aplicação 2015** - O presidente Jose Pinto
110 Monteiro fez a leitura da Deliberação que tratava do Plano de Aplicação, exercício 2015, que foi
111 aprovada por unanimidade. **4- Deliberação de Registros e Entrega de Certificados** - O
112 presidente Jose Pinto Monteiro fez a leitura da Deliberação que tratava da concessão de
113 registros, que foi aprovada por unanimidade. Feita a entrega dos certificados. **7- Informes das**
114 **Comissões** - Não houve informes. **8- Informes Gerais** - A conselheira Tutelar Milena informou
115 sobre o Seminário do Trabalho Infantil, no dia 19/9/14, de 09 às 17h (não informou local). Nada
116 mais havendo a tratar, o presidente José Pinto Monteiro deu por encerrada a assembleia às
117 dezesseis horas e quarenta minutos, e a ata segue assinada pelo presidente e pela primeira
118 secretária, em 11 de agosto de 2014.

119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129

José Pinto Monteiro
Presidente do CMDCA- Rio

Merina Camargo
Primeira Secretária